

1. O TENOR, O BARÍTONO E A DEMOCRACIA DESAFINADA

**Eu vejo o futuro
repetir o passado/
Eu vejo um museu de
grandes novidades**

“O tempo não para”, Cazusa

No outono e na primavera de 1981, o polo de convenções carioca Riocentro foi palco de duas frustrações com efeitos colaterais mais benéficos do que nos planos originais. Em 30 de abril, a explosão precoce de uma bomba foi fatal à trama de militares rivais da abertura política — acabou contribuindo para a volta da democracia, e não para mais uma onda de repressão. Já na Feira da Providência, o precário sistema de som impediu o Barão Vermelho de fazer seus primeiros shows, mas os ensaios para a estreia adiada bastaram para a banda ganhar a voz do tenor e poeta bissexto Cazuzo.

Um ano depois, o LP *Barão Vermelho* era lançado num bar paulistano de estilo vitoriano, com um censurável “Você precisa é dar” trocado por “Você precisa é dar-se” (“Posando de star”). A 750 quilômetros dali, num árido parque de exposições, a Legião Urbana era expulsa de Patos de Minas por policiais contrariados com versos como “Os PMS armados e as tropas de choque vomitam música urbana” (“Música urbana 2”). Naquela estreia fora de Brasília, o barítono Renato Russo liderou um quarteto que mais tarde trocaria dois integrantes. Esses passos iniciais das duas bandas ilustram como seus vocalistas-letristas logo se defrontaram com um país em tempos de transição democrática, que captaram em dezenas de canções. Seu valor documentário foi além do relato pessoal, dando voz a várias percepções e expectativas populares.

Um dos dribles de Renato na censura, por exemplo, revela muito dos limites desta: “Todos vão fingindo viver decentemente/ Só que eu não pretendo ser tão decadente, não” foram submetidos e aprovados como “Todos vão vivendo muito decentemente/ Ainda bem que não tem gente decadente, não”, de “Tédio (com

um T bem grande pra você)”. Cazuzza, por sua vez, seria censurado já sob a democracia: “Só as mães são felizes” (1986) teve a exibição pública vetada por palavras consideradas impróprias e uma estrofe com alusão ao incesto.

O LP de estreia *Legião Urbana* (1985) abria com “Será”, que fez sucesso ao vocalizar dilemas românticos e políticos meses após o Congresso Nacional ouvir, mas não escutar, o clamor das ruas pela eleição presidencial direta. “Não é me dominando assim/ Que você vai me entender.” Na noite de 15 de janeiro, dias após aquele lançamento, Cazuzza fechou o primeiro show do Barão no Rock in Rio, mostrando-se esperançoso com a eleição indireta de Tancredo Neves.

Enquanto o tenor, doravante um solista, e o barítono cresciam em discos e palcos, governantes sem farda protagonizavam más administrações e desvios éticos inspiradores a ambos. Em vez de caducar, a letra de “Que país é este”, escrita por um punk de 18 anos em 1978, estourou nas rádios em 1987, ano sob o signo do Plano Cruzado II, que elevou os preços, impostos e a insatisfação com o presidente, além da hiperinflação.

No ano seguinte, o mal-estar com o governo de um vice feito presidente a contragosto era uma das tônicas de “Brasil”, que chegou às massas abrindo a novela recordista de público *Vale tudo*. “A letra de ‘Brasil’ é como um cara pobre, normal, vê, sem paternalismo, este 1% da população que está se dando bem — e da qual eu faço parte”, disse Cazuzza. À frente da nata de felizardos, o governo Sarney — ruim ou péssimo para 65% dos brasileiros ouvidos à época pelo Datafolha — era alvo de múltiplas denúncias de irregularidades.

Cazuzza, tenor

Filho único de um produtor musical e uma modista, Cazuzza nasceu em 4 de abril de 1958 no Rio de Janeiro e herdou do avô paterno seu nome — Agenor de Miranda Araújo Neto — numa homenagem da qual o pai logo se arrependeu. Daí desde cedo ser chamado em casa pelo apelido, sinônimo antigo de “moleque”. Ainda jovem, conheceu de perto artistas com quem o pai trabalhou, como Elis

Regina, Jair Rodrigues, os Novos Baianos, Caetano Veloso, Gal Costa e Gilberto Gil. Sempre admirou essa geração da MPB, como disse em 1987 em entrevista à *IstoÉ*: “A gente não teve o compromisso de fazer um movimento como foi a bossa nova, como foi a tropicália. Já abriram tudo para a gente, e nós não precisamos fazer uma guerra! Já estava tudo aí.”

Estudante indisciplinado, cursou seis colégios e pouco frequentou a faculdade de comunicação social. A vida noturna, com alto consumo de álcool e drogas, foi conciliada com o breve trabalho como redator de textos na gravadora Som Livre, presidida pelo pai, e com cursos de fotografia, na Califórnia, e de teatro, no carioca Circo Voador. Seu desempenho no palco lhe rendeu, em 1981, o convite para integrar o Barão Vermelho, do qual foi vocalista e letrista até 1985. Com Roberto Frejat (guitarra), Guto Goffi (bateria), Maurício Barros (teclados) e André Palmeira, o Dé (baixo), gravou três discos de estúdio e fez centenas de shows — os dois maiores, no Rock in Rio de 1985, foram recuperados num álbum anos depois.

Na carreira solo, Cazuza explorou outros ritmos além do rock e do blues, como a bossa nova e o samba, e gravou seis discos — incluindo um ao vivo, um duplo e um póstumo. Em 1989, foi o primeiro artista brasileiro a revelar que tinha aids, que o levaria à morte no ano seguinte. Segundo Lucinha Araújo conta em *Cazuza: Só as mães são felizes*, ele gravou 126 letras de sua própria autoria, teve 34 registradas por outras vozes e deixou mais de 60 inéditas. Em 1990, sua mãe criou a Sociedade Viva Cazuza, para o apoio a crianças e jovens com o vírus HIV.

Num trem pras estrelas

Depois dos navios negreiros

Outras correntezas

“Um trem para as estrelas”, Cazuza

As primeiras letras de Cazuza versavam principalmente sobre dramas íntimos de jovens urbanos como ele. No Barão Vermelho,

os dramas públicos foram só tangenciados (e não interpelados), como em “Billy Negão”, letra originalmente do baterista Guto Goffi e do tecladista Maurício Barros; Cazuza transferiu o bandido-título do Velho Oeste para a Baixada Fluminense e o tornou um fugitivo da polícia, e não de seu rival. O cantor admitiu que passou a “ver o coletivo” em “Um trem para as estrelas” (1987), cuja melodia de Gilberto Gil dá matizes cinza à recitação quase sem nuances da estrofe inicial. Crítica de problemas distantes do autor, a canção foi feita para o filme homônimo, que narra a busca de um músico pela namorada sumida num Rio de Janeiro com violência e miséria. Uma influência confessa de Cazuza para cantar temas sociais e políticos veio de Renato Russo.

A voz desceu das notas mais agudas para tons mais graves após o susto com a aids. “Ele viu a possibilidade da morte, achou que tinha que deixar alguma coisa, falar para todo mundo e aí começou a ter esta lente virada para o externo mesmo”, opinou o parceiro musical Roberto Frejat. Entre “Um trem para as estrelas” e “Eu vi a cara da morte/ E ela estava viva” (“Boas novas”, 1988), Cazuza teve o diagnóstico da doença, o que transpareceu em sua obra, embora ele não a associasse a um hino de revolta como “Brasil”: “Simplesmente passei o ano passado do lado de dentro, e quando abri a janela vi um país totalmente ridículo. O Sarney, que era o não diretas, virou o rei da democracia.”

À revelia de seu autor, “Brasil” se tornou trilha do horário eleitoral do candidato a presidente Fernando Collor. O hit foi usado para embalar cenas de miséria e reuniões políticas na primeira campanha presidencial após quase três décadas. O governador de Alagoas alegava falsamente ter o aval de Cazuza. Naquele 1989, nenhuma polêmica envolvendo Cazuza foi maior do que a revelação de que tinha aids, gesto inédito entre pessoas públicas, que ele julgou coerente com seu “Brasil, mostra a tua cara”.

Parte final de uma espécie de trilogia com “Brasil” e “Ideologia”, a pungente “O tempo não para” foi lançada num show de 1988, quando Cazuza cuspiu na bandeira nacional, o símbolo

festejado três anos antes. Questionado pelo gesto na imprensa, ele rebateu numa carta divulgada só após sua morte afirmando que sabia do significado da bandeira: “Vamos amá-la e respeitá-la no dia em que o que está escrito nela for uma realidade”, frisou, sem patriotismo acrítico. “Por enquanto, estamos esperando.” Ordem e progresso seguiam em falta na vida real.

Como o corpo não acompanhava seu vigor mental, Cazuzza ia de cadeira de rodas ao estúdio onde gravou as 20 faixas do duplo *Burguesia* (1989) e as 14 lançadas no póstumo *Por aí* (1991). O desabafo íntimo de “Cobaia de Deus” (“Se você quer saber como eu me sinto/ Vá a um laboratório ou labirinto/ Seja atropelado por esse trem da morte”) se justapunha à crítica frívola de “Burguesia” (“A burguesia fede/ A burguesia quer ficar rica/ Enquanto houver burguesia/ Não vai haver poesia”) e à alusão sutil à sua orientação sexual em “Eu quero alguém” e “Como já dizia Djavan”.

Em 7 de julho de 1990, Cazuzza morreu aos 32 anos por causa da síndrome que dali a cinco meses Renato descobriria ter. No álbum póstumo *Por aí*, ele comentou em “O Brasil vai ensinar o mundo” que seu país teria lições a dar, como a convivência inter-racial, e outras a receber, como o respeito às leis. Repetido três vezes, o verso “E há um jeitinho pra tudo” se referia ao “jeitinho brasileiro”. Dois anos depois, nenhum “jeitinho” justificou o enriquecimento ilícito de deputados logo apelidados de “anões do orçamento”. A tentativa que fizeram de atribuir os aumentos de patrimônio à sorte na loteria parecia ilustrar um verso daquele disco: “Porque a grande piada é o Brasil” (“Portuga”). Como se não bastasse a arte imitar a vida, vinha a vida política nacional dar razão àquela provocação em forma de arte.

Renato Russo, barítono

Nascido em 27 de março de 1960 e filho primogênito de um economista do Banco do Brasil e uma professora de inglês, o carioca Renato Manfredini Jr. trocou de cidade e sobrenome ainda antes da maioridade. Dos 7 aos 9 anos, morou com os pais e a irmã em

Nova York e, aos 13, mudou-se com a família para Brasília, onde ele, leitor compulsivo, adotou o sobrenome Russo em alusão aos filósofos Bertrand Russell e Jean-Jacques Rousseau e ao pintor Henri Rousseau. Na capital, ele ficaria um ano e meio da adolescência sem andar devido à epifisiólise — doença que desgastou a cartilagem entre a pelve e o fêmur esquerdo. Renato contou ainda jovem à família sobre seu projeto de ser muito famoso e ter a melhor banda de rock do Brasil.

Aos 18 anos, ele e os amigos André Pretorius e Fê Lemos criaram o pioneiro trio de punk Aborto Elétrico, que não chegou a gravar discos. Após desentendimentos, a banda brasiliense acabou em 1982, e Renato fez shows solo como Trovador Solitário até convidar o baterista Marcelo Bonfá para formar a Legião Urbana, que meses depois ganharia o guitarrista Dado Villa-Lobos e que teria o baixista Renato Rocha até o terceiro disco. O legado da Legião somaria oito álbuns de estúdio e cinco ao vivo.

Renato lançou ainda discos solo em inglês (1994) e italiano (1995) para evitar confusões com seu trabalho na Legião. Em 11 de outubro de 1996, Renato morreu no Rio de Janeiro, em decorrência da aids que descobrira seis anos antes. Segundo a gravadora EMI, nos 14 anos de atividade da Legião e em igual período seguinte, seus discos e os da banda venderam 14 milhões de cópias, entre os primeiros LPs originais e as muitas reedições em CD.

Ele queria era falar pro presidente

Pra ajudar toda essa gente

Que só faz sofrer

“Faroeste caboclo”, Renato Russo

Entre a composição de “Faroeste caboclo” (1979) e sua gravação (1987), o interlocutor de João de Santo Cristo no Planalto mudara de Figueiredo para Sarney sem ter sido Tancredo e o sofrimento de “toda essa gente” só piorava: a estagnação econômica e a alta inflação geraram perdas absolutas de renda entre todos, menos

nos 10% mais ricos. Somando nove minutos nada comuns no meio radiofônico, os 157 versos narravam os descaminhos da saga de João de Santo Cristo, que não atingiu a meta de vocalizar o sofrimento popular em Brasília. O mesmo não se pode dizer do compositor, que desde cedo cantou não apenas por si.

O repertório do Aborto Elétrico, primeira banda de Renato, cantara frustrações coletivas como abusos policiais (“Veraneio vascaína”), as drogas (“Conexão amazônica”) e maniqueísmos ideológicos (“Despertar dos mortos”). Elas foram gravadas apenas anos depois, pela Legião Urbana ou pelo Capital Inicial. Aquela primeira safra atesta uma tendência que predominou na carreira de Renato: cantar numa escala mais grave, no compasso de um país que saía da ditadura para a democracia sem tornar mais efetiva a cidadania, sem reduzir o hiato entre a legislação e o cotidiano. Os versos “Ninguém respeita a Constituição/ Mas todos acreditam no futuro da nação” fazem alusão à Carta de 1967, mas soariam crítica a contemporâneos da Constituinte de duas décadas depois.

Ao lado de canções doces como “Eduardo e Mônica” (“Quem um dia irá dizer/ Que existe razão/ Nas coisas feitas pelo coração?”) e “Tempo perdido” (do desfecho “Nem foi tempo perdido/ Somos tão jovens”), o álbum *Dois* trouxe em 1986 o amargor de “Nos deram espelhos e vimos um mundo doente” (“Índios”) e “Deve haver algum lugar/ Onde o mais forte/ Não consegue escravizar/ Quem não tem chance” (“Fábrica”). Essa receita agridoce e os preços congelados pelo Plano Cruzado alavancaram o LP de capa ocre (ou bege, no CD), que vendeu 1,1 milhão de cópias em dez anos, marco só atingido por *As quatro estações* (1989). Nos planos da banda, o álbum seria duplo e se chamaria *Mitologia e intuição*, mas a gravadora preferiu um disco simples.

Fruto de uma gestação de 16 meses — que incluiu o torpor na banda após um show desastroso em Brasília e a saída do baixista, substituído por Renato no estúdio —, *As quatro estações* aludia tanto a Buda e São Paulo como a referências políticas as mais

variadas: a tortura oficial em “1965 (Duas tribos)” (“Cortaram meus braços/ Cortaram minhas mãos/ Cortaram minhas pernas/ Num dia de verão”), o desalento coletivo em “Há tempos” (“Há tempos o encanto está ausente/ E há ferrugem nos sorrisos/ E só o acaso estende os braços/ A quem procura abrigo e proteção”) e a defesa de toda forma de amor em “Meninos e meninas” (“E eu gosto de meninos e meninas”). A crítica política seguia presente como nos trabalhos anteriores, mas sem a mesma voltagem do início.

O quinto disco da Legião, *V* (1991), transparecia a decepção de Renato com a vida pública — do bloqueio de depósitos aos casos de corrupção — e com a vida íntima, a partir da descoberta de que tinha aids. Daí ter desistido da ideia de um disco mais leve, com mensagens positivas. “O teatro dos vampiros” retrata uma geração sem dinheiro, vítima do confisco, que fez Renato adiar a compra de um apartamento. Mas a letra mais afinada com a desilusão coletiva nos anos Collor era “Metal contra as nuvens”, sobre o descompasso entre o herói, vaidoso de sua terra, e um mundo problemático que parece infértil a ideais: “Quase acreditei na sua promessa/ E o que vejo é fome e destruição.”

A queda de Collor começou em maio de 1992, quando seu irmão Pedro acusou o tesoureiro da campanha eleitoral, PC Farias, de ser o testa de ferro do presidente em negócios com o governo. Uma CPI concluiu, depois de dois meses e meio, que Collor recebia “vantagens econômicas indevidas” e até os jornais e os políticos aliados passaram a pedir sua renúncia. O lema “Fora, Collor” catalisou protestos em grandes cidades, entoado principalmente por jovens. Ao abrir um show da turnê de *V* em Recife, cheio de cartazes anti-Collor na plateia, Renato surpreendeu ao avisar que tocaria o hino nacional e o que se ouviu foi o clássico “Carinhoso” em ritmo de marcha fúnebre.

O álbum duplo *Música p/ acampamentos* (1992), que reunia gravações ao vivo desde 1985, saiu no mesmo dezembro em que Collor — então afastado havia três meses pelos deputados por 441 votos a 38 — renunciou (logo antes de o Senado votar seu

impeachment). A renúncia não suspendeu o processo e ele teve os direitos políticos cassados por oito anos e o cargo ocupado por Itamar Franco. Em “A canção do senhor da guerra”, escrita anos antes, Renato ironizava a guerra como um bom negócio (“Mas explicam novamente/ Que a guerra gera empregos/ E aumenta a produção”), além de útil ao controle populacional (“Não teremos mais problemas/ Com a superpopulação”).

De volta ao estúdio para *O descobrimento do Brasil* (1993), o cantor fez da faixa-título uma ode à vida familiar como refúgio, num contraponto ao sombrio V: “A gente quer é um lugar pra gente/ A gente quer é de papel passado/ Com festa, bolo e brigadeiro/ A gente quer um canto sossegado.” Renato queria cantar um país não só de corruptos como os anões do orçamento. A leveza do disco era quebrada pelo retrato de um país problemático em “Perfeição”, cuja letra acaba otimista, apesar da exclusão social, dos sequestros e de outros dramas: “Nosso futuro recomeça/ Venha, que o que vem é perfeição.” Detestando ser rotulado como “rebelde” e autor de “músicas de protesto”, Renato buscou menos protestar do que registrar, com sua grande extensão vocal, crônicas de seu tempo.

No disco solo *The Stonewall Celebration Concert* (1994), Renato expôs uma faceta política com repertório romântico: gravando em inglês, festejou os 25 anos do levante gay contra uma polícia nova-iorquina preconceituosa e doou parte do valor recebido com a venda a uma campanha não governamental contra a fome. Naquele ano, o Plano Real debelava a hiperinflação e Renato parecia especialmente incomodado em ser ouvido sobre temas alheios à sua discografia: “Não quero dizer como as pessoas devem viver.” Dois anos antes, ele admitira para a revista *Bizz* que suas composições geravam uma identificação por valorizarem o “eu” e o “nós”: “Como faço as letras em primeira pessoa, há uma identidade, paradoxal, entre a música e o ouvinte...., ‘puxa, esse cara tá falando a minha vida’.” Cazuza buscara esse mesmo efeito com versos como “Ideologia, eu quero uma pra viver”.

“Mudar o mundo” era uma expressão que Renato não conjugava mais na primeira pessoa, como em “Até bem pouco tempo atrás/ Poderíamos mudar o mundo” (“Quando o sol bater na janela do teu quarto”). Divulgando *O descobrimento do Brasil*, ele se disse cético com uma mudança coletiva. Enquanto Cazusa se vira como um garoto que iria mudar o mundo e que agora assistia a tudo em cima do muro (“Ideologia”), Renato cantava “E agora você quer um retrato do país/ Mas queimaram o filme” em “Mais do mesmo”. Quando a canção foi gravada, em 1987, o filme do país recém-queimara com o maior acidente nuclear fora de usinas: o descarte de uma cápsula de césio-137 gerara quatro mortes imediatas e ao menos 249 vítimas de contaminação. A letra, porém, fora escrita no ano anterior, quando o primeiro presidente civil após duas décadas mal completara seu primeiro aniversário no poder.

Como “Mais do mesmo”, outras letras mencionadas aqui pareceriam recapitulações ou profecias. Entretanto, ainda que remontem ao passado ou projetem um futuro, essas criações de Cazusa e Renato fizeram história no Brasil por cumprirem um papel semelhante ao de diversos filmes e livros mundo afora: documentaram a conjuntura nacional na qual vieram a público. Nesse caso, uma democracia que retornava com ares de soprano, capaz de alcançar as notas mais altas, mas acabou soando grave como a voz de contralto.

Brasil, desafinado

O Brasil é um filho pródigo da colonização europeia nas Américas, na alvorada do século XVI. Enquanto países do norte do Novo Mundo viraram casos exemplares de democracia, a história de nosso país (e de seus vizinhos) foi crivada por períodos autoritários que contribuíram para o atraso na cidadania. O jugo colonial português não se abalou com as ameaças que enfrentou: nativos com configurações societárias diversas das predominantes entre indígenas da América espanhola; franceses e holandeses, que não causaram maiores estragos; e revoltas emancipacionistas de

pouco fôlego. As elites logo investiram no campo, mirando as exportações, em especial a de açúcar. A mineração só vingou após o fim do século xvii.

Em 1822, a independência foi declarada não por rebeldes, mas pelo herdeiro do trono português. Monarquia constitucional — mas não tanto — e tradicional, dependente da mão de obra escrava, o Brasil foi o último país independente das Américas a abolir a escravidão, em 1888. Um golpe militar no ano seguinte fez do país uma república, cujo território não se fragmentou como na América espanhola. Na economia, a indústria nascia quase sempre por obra de donos de terras, também membros das elites políticas.

A oligarquia sofreu um revés em 1930, quando um golpe apoiado por militares pôs fim a uma crise interna e deu início a 15 anos ininterruptos de Getúlio Vargas no poder — a segunda metade sob a ditadura do Estado Novo. Outro regime autoritário começou em 1964, quando militares depuseram João Goulart alegadamente para evitar uma guinada ao comunismo à revelia das elites. Só acabou 21 anos depois, quando civis e militares negociaram um retorno sem sobressaltos à democracia.

Vamos cantar juntos o Hino Nacional

(A lágrima é verdadeira)

Vamos celebrar nossa saudade

E comemorar a nossa solidão.

“Perfeição”, Renato Russo

A volta à democracia começou a ser trilhada com apoio decisivo de setores militares. A posse do general Ernesto Geisel como presidente, em 1974, após uma eleição indireta no Congresso, marcou o início do projeto de abertura política. Representantes da linha moderada das Forças Armadas, Geisel e o chefe da Casa Civil, general Golbery do Couto e Silva, articularam a preparação de uma abertura lenta, gradual e segura. A distensão partia de um presidente que se apoiaria em casuísmos como os do Pacote de

Abril, mudanças em prol da Arena, partido do governo: as eleições de governos estaduais voltaram a ser indiretas, a aprovação de medidas no Congresso passou a exigir maioria (não mais dois terços) de votos favoráveis e o governo escolhia um em cada três senadores, apelidados de “biônicos” tais como as próteses do protagonista da série americana *O homem de seis milhões de dólares*.

A primeira iniciativa rumo à abertura foi o fim da censura prévia à imprensa escrita, no início de 1975 — rádio e televisão seguiram vigiados. Quatro anos depois, era extinto o AI-5, algoz da liberdade de expressão desde 1968, e João Figueiredo recebia a faixa presidencial de Geisel, único a escolher seu sucessor. Na expectativa do deputado e presidente do oposicionista PMDB, Ulysses Guimarães, o fim do AI-5, a anistia decretada em 1979 e as eleições diretas para governador em 1982 seriam o tripé para a eleição direta a presidente. Ainda em 1983 foi elaborado um calendário de comícios e passeatas pela antecipação das eleições diretas para presidente, programadas para 1989.

A campanha lançada pelo PMDB foi apoiada pelo clero católico e logo se tornou um grande movimento com manifestações regionais. Em 10 de abril de 1984, 1 milhão de pessoas foram a um comício na Candelária, no centro do Rio de Janeiro. No dia 16, a experiência se repetiu no Vale do Anhangabaú, em São Paulo. O verão-outono de 1984 foi marcado pelas Diretas Já, a maior campanha popular no país até então.

Um hit nos comícios era “Inútil”, com os versos “A gente não sabemos escolher presidente/ A gente somos inútil” inspirados na polêmica frase de Pelé de que brasileiro não sabia votar. Para Roger, vocalista do Ultraje a Rigor e autor de “Inútil”, a música foi o hino daquela temporada. “A tv tocava ‘Coração de estudante’, de Milton Nascimento, como o hino da campanha das Diretas”, recordou Roger em depoimento a Ricardo Alexandre para o livro *Dias de luta*. “Mas, na prática, era ‘Inútil’. Só que ‘Inútil’ incomodava, porque ia fundo na ferida. Temos a mania de colocar a culpa nos políticos, mas ‘Inútil’ dizia que a coisa

dependia do povo, dependia do outro brasileiro, do outro cara que nós colocássemos lá.”

Enquanto a população se vestia de amarelo, usava camisetas dizendo “Eu quero votar pra presidente!” e agitava bandeiras nas ruas, havia um jogo de bastidores para impedir a aprovação da emenda das Diretas Já. Para entrar em vigor, seria necessário o aval de dois terços da Câmara e do Senado. Frustrado com a rejeição da emenda pelo Congresso, o povo teve como consolo o fato de que, pela primeira vez desde Jango, teria um presidente civil. Como candidato da situação, o PDS indicou o deputado Paulo Maluf, ex-governador de São Paulo. Já o PMDB lançou o governador mineiro Tancredo Neves em chapa com o PFL, formado por dissidentes do PDS e que escolheu o maranhense José Sarney para vice-presidente.

As eleições em 15 de janeiro de 1985 deram vitória à oposição, que venceu por 480 votos contra 180 de Paulo Maluf. Cristalizava-se a tal transição lenta e gradual. Quando o futuro já despontava promissor, o presidente eleito foi internado às pressas no Hospital de Base de Brasília, na véspera da posse. Ele tinha um processo infeccioso agudo no abdome e sentia fortes dores havia algumas semanas. Embora tivesse sintomas do câncer que o levaria à morte, preferira fazer contatos pelo país até a posse e adiar o tratamento por receio de dar um pretexto para a intervenção de militares contrariados. Sete cirurgias não bastaram para impedir a morte de Tancredo em 21 de abril de 1985.